

**DEPARTAMENTO ESTADUAL
DE GESTÃO ECONÔMICO
FINANCEIRA**



CIDASC



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2018**





RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Conselheiros, Clientes, Fornecedores e Sociedade em Geral o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

1. A CIDASC

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, fundada em 27 de novembro de 1979, é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.

O atendimento à população é realizado de forma descentralizada através de sua estrutura organizacional, que consiste em: Administração Central em Florianópolis, Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, 19 Departamentos Regionais, 63 Postos de Fiscalização de Trânsito, 2 Laboratórios e 1 Posto de Classificação Vegetal em todo o Estado de Santa Catarina.

Desde sua fundação, a CIDASC tem como objetivo garantir a excelência sanitária dos rebanhos e lavouras do estado. As atividades desenvolvidas seguem os seus objetivos principais consignados no Estatuto da Companhia (Decreto nº 87/2015), sob delegação, coordenação e orientação da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca como seguem:

- Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, por meio do registro de estabelecimentos e de seus produtos além da fiscalização do ato de inspeção executados por profissionais de medicina veterinária;
- Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;



- Prestar serviços laboratoriais para análise de produtos de origem animal e outras análises laboratoriais relacionadas com a produção animal e comercialização de animais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;
- Estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução; e
- Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

O serviço da CIDASC é destaque internacional e contribui diretamente para que Santa Catarina mantenha dois certificados internacionais, concedidos pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE: Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação e, junto com o Rio Grande do Sul, de Zona Livre de Peste Suína Clássica – PSC. O reconhecimento possibilitou a abertura de mercados externos e fortaleceu o agronegócio do estado.

O planejamento estratégico da empresa está sustentado nos seguintes pilares:

- Visão: Ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária.
- Missão: Executar ações de Sanidade Animal e Vegetal, preservar a Saúde Pública, promover o Agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.
- Valores: Excelência, Legalidade, Transparência, Credibilidade.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 MAIORES DESTAQUES

Durante o ano de 2018, a CIDASC registrou, com o apoio do Governo do Estado de Santa Catarina, da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, conquistas em diferentes áreas.

Um dos diferenciais de Santa Catarina são os status sanitários de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação e Zona Livre de Peste Suína Clássica, e isso é de extrema importância para a economia catarinense. Hoje o agronegócio representa mais de 60% das exportações do Estado.

O recebimento de certificação da compartimentação de frangos de corte no Oeste do Estado em março de 2018, contemplando a estrutura de mais de 200 granjas de frango de corte, 20 granjas de produção, 1 incubatório, 2 fábricas de ração, 3 fábricas de maravalha e 1 abatedouro, é uma grande conquista para Santa Catarina



Com relação a rastreabilidade vegetal, o programa e-Origem, lançado em 2017 como uma ferramenta gratuita para a inserção do pequeno produtor no mercado de produtos vegetais com origem rastreada, e executado em parceria com a Epagri, já ultrapassou 1300 produtores cadastrados em 190 municípios do estado e 5200 códigos de rastreabilidade gerados. Foram realizadas ainda mais 50 reuniões em todas as regiões do estado envolvendo mais de 2134 participantes entre agricultores, técnicos e representantes de prefeituras, sindicatos, vigilância sanitária e associações de municípios.

No Terminal Graneleiro foram realizados investimentos cerca de 1,3 milhão nas adequações, implementações e licenciamento dos sistemas e equipamentos para o controle de acesso, controle de estoque e monitoramento, requisitos necessários para atender as exigências da Receita Federal do Brasil para que o Terminal possa ser reconhecido como recinto alfandegado.

2.2 DEFESA ANIMAL

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal atuou na manutenção do reconhecimento internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação, através da execução de um sistema de vigilância ativa para febre aftosa, possibilitando demonstrar para os organismos internacionais de referência e para os parceiros comerciais, a inexistência da doença nos rebanhos catarinenses e, ao mesmo tempo, reforçando o vínculo da CIDASC com os produtores com a finalidade de estimular a notificação de eventuais suspeitas da doença.

Para realizar as atividades da Defesa Sanitária Animal, a Companhia conta com aproximadamente 180 médicos veterinários efetivos, que garantiram a manutenção, em 2018, da certificação como Zona Livre de Peste Suína Clássica. As atividades de vigilância executadas nas granjas de suínos possibilitaram que os produtos catarinenses alcançassem os mercados mais exigentes do mundo, respondendo por 60% das exportações brasileiras de carne suína.

Também participou do Comitê Estadual de Prevenção da Febre Aftosa – CEPFA, com a finalidade de promover o compartilhamento de informações relevantes entre os setores interessados e subsidiar o Governo Estadual na tomada de decisões estratégicas relativas à manutenção da condição de livre de febre aftosa sem vacinação e ao aperfeiçoamento do Serviço Veterinário Oficial em Santa Catarina. Também fez parte do grupo de trabalho encarregado de adequar as normas do Programa Nacional do Programa de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA às novas diretrizes nacionais e às recomendações do Código Sanitário para os Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE.

Uma atividade decisiva realizada pela CIDASC para promover medidas de proteção sanitária é a fiscalização de veículos e cargas em postos nas divisas do estado ou em



barreiras móveis nas estradas. A CIDASC realiza constantemente ações de vigilância e fiscalização para manter o status de excelência sanitária catarinense, visando prevenir a introdução de doenças que colocam em risco a saúde pública, a sanidade animal, vegetal e os interesses econômicos do estado. O sistema funciona o ano inteiro, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para garantir um dos maiores patrimônios do estado: a sanidade agropecuária de Santa Catarina. Neste ano foram realizadas pela CIDASC cerca de 500 mil fiscalizações de trânsito.

Até setembro de 2018 a departamento já havia emitido 776 certificados sanitários e fiscalizado 8288 propriedades rurais, 445 casas agropecuárias e 277 eventos agropecuários, além de 892 atendimentos a denúncias.

Santa Catarina é o maior produtor de moluscos bivalves (ostras, mexilhões, vieiras e berbigões) do Brasil, e estes produzidos no litoral catarinense são de grande importância gastronômica, sociocultural e econômica das regiões produtoras. Reconhecendo tal valor, a CIDASC atuou firmemente no monitoramento microbiológico e de ficotoxinas (maré-vermelha), atendendo a legislação sanitária vigente e aumentando a segurança no consumo. Sendo assim, foram realizadas 569 análises para a presença de ficotoxinas na carne dos moluscos de cultivo como forma de monitorar os moluscos; 660 análises para a presença de microorganismos contaminantes presentes na carne dos moluscos bivalves; 408 análises na água de cultivo para detectar a presença de algas produtoras de toxinas.

O Estado, juntamente com o setor privado, se tornou o primeiro no mundo a ter, na cadeira da avicultura de corte, um compartimento avícola livre de influenza aviária e doença de Newcastle, com procedimentos extras de biossegurança e vigilância da cadeia produtiva, sendo interesse de diversas missões internacionais para abrir mercado para os produtos catarinenses em países cada vez mais exigentes. Para isso foi realizado o monitoramento de 102 propriedades ao redor de pontos de pouso de aves migratórias, para vigilância epidemiológica da Influenza aviária e da Doença de Newcastle em aves domésticas residentes em sítios de aves migratórias com a finalidade de detectar precocemente a circulação viral caso ela exista e desencadear as ações necessárias para prevenir a disseminação da doença nos plantéis comerciais.

Para acompanhar o crescimento do setor agropecuário, a CIDASC aperfeiçoou o Sistema de Gestão de Defesa Agropecuária Catarinense – SIGEN+, um sistema informatizado desenvolvido para facilitar o acesso do produtor aos serviços da Companhia. Foram realizadas melhorias com desenvolvimento de novas ferramentas e relatórios, permitindo maior segurança na informação e agilidade para a emissão de documentos sanitários. Para auxiliar no lançamento e a validação dos dados da Ficha Epidemiológica mensal diretamente no SIGEN+, foi realizado treinamento de capacitação para 452 médicos veterinários oficiais, habilitados e autônomos.



Somente neste ano, foram emitidas 1.2 milhão de Guias de Trânsito Animal – GTA's. Atualmente, o produtor pode solicitar a GTA de qualquer computador com acesso à internet e impressora, documento que antes era solicitado apenas em escritórios da empresa. A ampliação do sistema consolida a interação entre 195 mil produtores rurais e a Companhia.

O departamento também realizou treinamento EAD (plataforma moodle) de oito turmas para habilitação de médicos veterinários autônomos para colheita e envio de material para exames de mormo, totalizando 383 habilitados treinados.

Também elaborou e deu início ao cumprimento do plano de ação resultante da auditoria do Programa de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento Serviços Veterinários Oficiais das instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Quali-SV do Ministério da Agricultura.

2.3 APOIO LABORATORIAL

Os Laboratórios de Diagnóstico Animal, que receberam a acreditação do Inmetro no ano de 2016, localizados nos Departamentos Regionais de Joinville e Chapecó e o Centro de Triagem de Florianópolis, realizam atividades de apoio aos Programas da Defesa Sanitária Animal no Estado de Santa Catarina.

Neste ano foram desenvolvidas atividades de apoio à Defesa Sanitária Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal no estado, entre elas o recebimento, preparação e acondicionamento de amostras rotineiramente colhidas em todo o estado para transporte aos Laboratórios do Ministério da Agricultura, com a finalidade de manter as atividades da Defesa Sanitária Animal; produção dos meios de conservação das amostras colhidas a campo, obrigatório para o correto acondicionamento do material para o transporte aos laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura; realização de exames para suprir as demandas da Defesa Sanitária Animal em atividades específicas de cada Programa Oficial, dentre os exames realizados podemos citar: Anemia Infecciosa Equina, AAT (antígeno acidificado tamponado), TAL (teste do anel do leite) para diagnóstico de Brucelose, ELISA em soro e leite para Brucelose e Tuberculose.

Os Laboratórios também produzem os meios necessários para o acondicionamento de amostras da vigilância dos programas estaduais. Todos os anos são produzidos Meios Mem, que é uma mistura de sais enriquecida com aminoácidos, vitaminas e outros componentes essenciais para o crescimento celular, para a conservação de amostras de aves na vigilância da Influenza Aviária do Programa Estadual de Sanidade Avícola; e Líquido de Vallée para manutenção dos kits de emergência do Programa Estadual de Vigilância das Doenças Vesiculares. Estes meios são distribuídos para todas as Unidades Veterinárias Locais da CIDASC, visando a manutenção das atividades da Defesa Sanitária Animal.



Em números, as atividades dos Laboratórios de Diagnóstico em 2018 somam: em torno de 8 mil exames realizados; 20 mil amostras triadas; 8 mil amostras enviadas aos Laboratórios Nacionais Agropecuários – LANAGROS; 700 kits de produção de Meio Mem e BHI; produção de 800 frascos de líquido de Vallée; 1 auditoria interna; 1 solicitação de extensão de escopo para Teste de Polarização Fluorescente junto a CGCRE/INMETRO; 7 cursos realizados pela equipe.

A Divisão de Apoio Laboratorial através da sua equipe de profissionais, também coordenou o Programa de Credenciamento de Laboratórios para o Serviço de Inspeção Estadual, hoje a CIDASC conta com uma rede de 13 laboratórios credenciados prestando serviço e mantendo o monitoramento oficial da qualidade dos alimentos de origem animal no estado.

2.4 INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Serviço de Inspeção Estadual – SIE tem como objetivo a manutenção da saúde pública, através da realização de ações de fiscalização, supervisões e auditorias em estabelecimentos que manipulam e elaboram produtos de origem animal, garantindo a qualidade e inocuidade dos alimentos, permitindo a comercialização dos mesmos. As ações dos profissionais da CIDASC, observando a legalização documental e estrutural nos estabelecimentos que produzem produtos de origem animal, promove o combate à clandestinidade e atua com a finalidade de oferecer à população produtos sem risco sanitário e de alta qualidade ao consumo humano.

No departamento atuam cerca de 200 médicos veterinários habilitados, vinculados a 14 empresas credenciadas e 100 médicos veterinários vinculados à CIDASC por meio de convênios firmados com prefeituras. São 550 estabelecimentos credenciados no SIE (Sistema de Inspeção Estadual). O Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal também certificou e realizou fiscalizações de manutenção em mais de 30 estabelecimentos sob o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), condição necessária para que estabelecimentos com selo SIE possam comercializar a produção fora do estado de Santa Catarina.

Entre o período de janeiro a outubro de 2018, ocorreram mais de 2000 fiscalizações nos estabelecimentos que possuem o Serviço Estadual de Inspeção ou que almejam possuir este serviço; mais de 700 análises documentais de processos, incluindo avaliações de reformas e ampliações de estabelecimentos, rotulagens de produtos e alterações de dados cadastrais; mais de 1800 análises laboratoriais foram colhidas e processadas em laboratórios oficiais ou credenciados pela CIDASC; mais de 1200 capacitações, por meio de reuniões, palestras, orientações técnicas e atividades de educação sanitária; 1593 fiscalizações em estabelecimentos, ações de combate à clandestinidade, auditorias em sedes de serviço de inspeção, entre outras atividades.



Além disso, em 2018 foram padronizados os procedimentos para produtos sem RTIQ (Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade), mediante publicação de Portaria SAR nº 23/2018, a qual agilizará a aprovação de produtos que não possuem regulamentação definida. Este ano, as Normas Internas Regulamentadoras (NIR) nº32 e 33 foram publicadas, a primeira refere-se a queijo colonial e a segunda a queijo fresco.

O Procedimento Operacional Padrão nº 03, que versa sobre as atividades de fiscalização desenvolvidas pelo departamento foi revisado e publicado na data de 10 de setembro de 2018, fato que permitirá maior uniformidade nos procedimentos de fiscalização sanitária em Santa Catarina.

Por fim, cabe salientar que esforços conjuntos em busca de uma excelência na área de inspeção de produtos de origem animal preservam a saúde pública, promovem o agronegócio e desenvolvem Santa Catarina, por meio das ações da CIDASC e participação da população, um mecanismo importante para que tais objetivos continuem sendo alcançados. A inspeção representou e seguirá representando um importante segmento para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, contribuindo para a manutenção da saúde da população de Santa Catarina e do Brasil.

2.5 DEFESA VEGETAL

Durante o ano, o departamento de defesa sanitária vegetal atuou em diversas frentes de trabalho. A área conta com 45 engenheiros agrônomos, que atuam na área de fiscalização de insumos e defesa sanitária vegetal, simultaneamente. Entre elas estão as ações realizadas mediante Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, por meio do qual foram fiscalizadas 523 unidades de produção – de banana, maçã e citrus, bem como 215 unidades de consolidação – destas espécies. Essas atividades viabilizaram no último ano a comercialização dessas frutas para diversos estados da federação, movimentando cerca de 2,3 bilhões de reais na economia catarinense.

A constante vigilância dos profissionais da defesa sanitária vegetal de Santa Catarina, com mais de 1200 inspeções em levantamentos de pragas permitiu a detecção de três pragas ausentes no Estado: *Ralstonia solanacearum* raça 2, *Cydia pomonella* e *Euphorbia helioscopia*. Quanto ao foco de moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum* raça 2) no município de Antônio Carlos, e graças a rápida resposta da CIDASC, o foco foi erradicado e o status de Área Livre da Praga foi mantido pelo Mapa.

Já com o objetivo de manter o status de Área livre da *Cydia pomonella*, o departamento viabilizou a instalação 200 armadilhas, que foram monitoradas semanalmente. A manutenção do status de praga erradicada, viabiliza a exportação de 60 mil toneladas para a Ásia e União Européia. Esta situação sanitária diferenciada gerou receitas na ordem de 40,6 milhões de dólares aos produtores catarinenses em 2018.



Além disso, devido à importância da certificação fitossanitária para Santa Catarina, foi promovido, em parceria com o Mapa, um curso para habilitação de responsáveis técnicos. Desta forma, os produtores catarinenses poderão contar com mais 25 profissionais habilitados para atuar no processo de certificação fitossanitária para as pragas *Neonectria Ditissima* e *Monilinia Fructicola* na cultura da maçã.

Com relação a rastreabilidade vegetal, o programa e-Origem, lançado em 2017 como uma ferramenta gratuita para a inserção do pequeno produtor no mercado de produtos vegetais com origem rastreada, e executado em parceria com a EPAGRI, já ultrapassou 1250 produtores cadastrados em 190 municípios do estado e 5200 códigos de rastreabilidade gerados. Foram realizadas ainda mais 50 reuniões em todas as regiões do estado envolvendo mais de 2134 participantes entre agricultores, técnicos e representantes de prefeituras, sindicatos, vigilância sanitária e associações de municípios.

Através dos programas de Monitoramento da Qualidade de Produtos Orgânicos e Alimento sem Risco, visando a segurança dos alimentos produzidos e consumidos no estado, foram coletadas 620 amostras ao longo deste ano, que resultou em 95% dos alimentos orgânicos isentos de resíduos de agrotóxicos. E com relação aos alimentos convencionais, os índices de conformidade alcançados no estado tiveram grande evolução, onde se verificou, nos últimos sete anos, um aumento de conformidade de 65%, para 83%. Neste mesmo período foram coletadas amostras de 21 culturas sendo analisados 430 princípios ativos.

Ainda na linha de proteção à saúde da população catarinenses, vale destacar, que o trabalho realizado pela CIDASC junto aos diversos setores da sociedade, buscando à aprovação do novo Decreto Estadual de Agrotóxicos. Trata-se de uma legislação moderna e atual que tem por objetivo normatizar a produção, comercialização e uso destes insumos no estado, garantido a toda sociedade uma política pública rígida e atual para resguardar os interesses tanto dos cidadãos quanto dos agricultores. Ainda na linha de proteção à saúde da população catarinenses, destaca-se o trabalho realizado pela CIDASC junto aos diversos setores da sociedade, buscando à aprovação do novo Decreto Estadual de Agrotóxicos.

Também atuamos firmemente na fiscalização de insumos agrícolas, com ênfase na coleta e análise de sementes. Desde 2013 até agora já foram analisadas mais de 1.800 amostras de 22 duas espécies de sementes comercializadas no estado. Foi possível perceber avanços na qualidade dos lotes de sementes de espécies forrageiras de verão e grandes culturas como a soja e o trigo. Contudo, espécies forrageiras de clima temperado ainda merecem atenção especial do controle externo, realizado pela CIDASC, principalmente com relação a sua qualidade fisiológica.



Com relação à fiscalização qualitativa de produtos domissanitários, mais uma vez o estado está na vanguarda. Em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR, serão coletadas 30 amostras com vistas a verificar se o percentual do ingrediente ativo descrito na embalagem está adequado ao que é proposto pelas normas legais. Essa ação destina-se a proteger a saúde dos usuários. Todas as amostras testadas apresentaram-se dentro dos limites legais estabelecidos.

Todas as autuações feitas pelos fiscais a campo tramitam pela Câmara de Reconsideração Técnica – CRT. Ela é o espaço onde são garantidos o direito à ampla defesa e a todos aqueles que cometeram alguma infração administrativa relacionada à defesa vegetal. Nos últimos três anos já foram julgados 1.300 processos e aplicados mais de 5 milhões de reais em multas. Além disso, todos os processos julgados na CRT são encaminhados para a apreciação do Ministério Público Estadual, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-SC e MAPA. Estes últimos quando os processos tratam de assuntos de suas competências.

2.6 CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

A divisão de classificação promove ações que auxiliam as atividades de comercialização, estabelecendo parâmetros de qualidade, mediante normas oficiais de padronização dos produtos vegetais, e, a elevação do padrão de qualidade dos produtos de origem vegetal catarinenses. Visa a segurança dos alimentos ofertados aos consumidores nos portos, na importação, exportação e mercado interno, na comercialização de tabaco em folha curado e do Selo de Conformidade CIDASC (SCC).

A classificação vegetal tem por objetivo oferecer produtos nos padrões físicos de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para os consumidores. Atende importação em 4 portos e 1 aduana seca, empresas cerealistas e beneficiadoras de frutas, na qual, de janeiro a outubro, foram classificadas aproximadamente 850 mil toneladas de produtos. Subdivididos em mercado interno: 300 mil toneladas de produtos e 1.650 certificados emitidos, entre farinhas, óleos, frutas e cereais (arroz); mercado externo: 42 mil toneladas de produtos classificados e 1.800 certificados emitidos, frutas, cereais e vegetais; importação: 450 mil toneladas de produtos e 7.900 certificados emitidos, entre frutas, farinhas e cereais.

A equipe do SCC ampara 26 empresas em diversos segmentos de processamento de alimentos como, cereais, farinha de mandioca, polvilho azedo, conserva de palmeiras, alhos, maçã, banana e produção primária. Por adesão voluntária, presta consultoria na elaboração de Manual de Boas Práticas de Fabricação, Manual de Boas Práticas Agrícolas e Procedimentos Operacionais Padronizados, tornando os processos padronizados e os produtos seguros para os consumidores. Após o término da consultoria a empresa é



auditada e se cumprir os requisitos pré-estabelecidos é certificada, a certificação é renovada semestralmente através de auditorias.

Em 2018 foram certificadas quatro empresas, sendo: uma em beneficiamento de arroz, uma em beneficiamento de maçã e uma produção primária hidropônica. Foram realizadas quatro auditorias de implantação e 14 de renovação e aproximadamente 80 consultorias nas empresas em processo de implantação. Três novas empresas aderiram ao Selo.

Outro importante passo da Divisão de Classificação foi o contrato com a Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA. Neste ano, foram atendidas 18 empresas fumageiras, com um volume aproximado de 230 mil toneladas de tabaco comercializado.

2.7 ARMAZENAGEM

O Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul administra a armazenagem e o corredor de exportação de grãos destinados aos mercados internacionais, principalmente para a China. A origem das safras são principalmente da região sul e centro-oeste. Este ano movimentou cerca 6 milhões de toneladas e atingiu um faturamento acima de R\$ 39 milhões.

Possui dois armazéns e a pesagem de caminhões e vagões é realizada em balanças eletrônicas. Os caminhões descarregam a mercadoria por meio de tombadores e os vagões, em moegas próprias.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

3.1 Dados Econômico Financeiros

	2018	2017	Análise Horizontal
Receita Operacional Bruta	43.624.160	40.927.952	+7%
Receita Operacional Líquida	38.251.304	35.885.286	+7%
Resultado Financeiro	1.378.594	1.641.395	-16%
Ativo Total	398.087.664	445.810.742	-11%
Patrimônio Líquido	15.454.268	13.813.290	+12%

3.2 Índices de Liquidez

	2018	2017	2016	2015	2014
Liquidez Corrente	0,90	0,86	0,87	0,80	0,65
Liquidez Geral	0,96	0,95	0,95	0,93	0,87



Liquidez Seca	0,58	0,57	0,32	0,52	0,48
---------------	------	------	------	------	------

3.3 Índices Patrimoniais e Estruturais

	2018	2017	2016	2015	2014
Imobilização Técnica	1,89	2,36	2,36	2,36	2,36
Endividamento Curto Prazo	6,70	7,54	7,54	7,54	7,54
Endividamento Total	24,76	31,27	31,27	31,27	31,27

3.4 Índices de Rentabilidade

	2018	2017	2016	2015	2014
Margem Líquida	-1%	3%	1%	2%	0%
Margem Bruta	14%	12%	11%	12%	11%
Margem Operacional Líquida	-10%	16%	5%	13%	2%

4. INVESTIMENTOS

Investimos em 2018 um total de R\$ 2.903.692. Deste total, investimos 2,7 milhões no Terminal Graneleiro, principalmente na aquisição de correias transportadoras, máquinas, e equipamentos, necessários para operacionalização e melhorias; bem como aquisição de softwares para adequação e atendimento às regras de alfandegamento de instalações portuárias.

	2018	2017	2016	2015	2014
Investimentos	2.903.692	5.414.554	10.721.329	6.979.324	8.126.958

5. GESTÃO DE PESSOAS

O desenvolvimento das competências do profissional da CIDASC, guiado pelas normas de capacitação implementadas, vai ao encontro das novas políticas de eficiência operacional do Governo do Estado, adequando a administração dos recursos humanos à gestão por resultados.

Foram investidos R\$ 166.306 em inscrições em palestras e cursos para os funcionários para estimular o desenvolvimento profissional.

Contamos hoje com 1023 colaboradores distribuídos da seguinte forma:

Quantificação do quadro de pessoal segundo a escolaridade



Fundamental Completo	49	5%
Médio Incompleto	5	0%
Médio Completo	351	34%
Superior Incompleto	49	5%
Superior Completo	458	45%
Especialização Completa	76	7%
Mestrado Completo	29	3%
Doutorado Completo	6	1%

Quantificação do quadro de pessoal segundo a idade

Até 24 anos	2	0%
De 25 a 34 anos	158	15%
De 35 a 44 anos	425	42%
De 45 a 54 anos	265	26%
Mais de 55 anos	173	17%
Quantificação do quadro de pessoal segundo o gênero		
Masculino	692	68%
Feminino	331	32%

Quantificação do quadro de pessoal segundo o tempo de serviço

Até 5 anos	196	19%
De 6 a 10 anos	297	29%
De 11 a 15 anos	352	34%
De 16 a 20 anos	1	0%
De 21 a 25 anos	18	2%
Mais de 25 anos	159	16%

6. GESTÃO DE COMPRAS

O compromisso com os processos licitatórios é uma prática constante dentro da CIDASC, a busca constante pela adoção de medidas administrativas que estimulem a transparência só confirma o compromisso da CIDASC em praticar os princípios da administração pública e qualidade na execução de suas atividades.

Em 2018, os processos licitatórios somaram:



Modalidade/ Forma	Valor líquido anual
Concorrência	5.172.721
Suprimento de Fundos	393.838
Convite	19.471
Pregão Presencial	1.591.964
Pregão Eletrônico	9.474.563
Dispensa de Licitação	7.290.911
Inexigibilidade de Licitação	91.222

7. GESTÃO SOCIAL

7.1 EDUCAÇÃO SANITÁRIA

O projeto educativo, focado na defesa agropecuária, sanidade ambiental e humana, foi elaborado a partir da construção do Programa Estadual de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, documento este produzido pelo Comitê de Educação Sanitária, composto por engenheiros agrônomos e médicos veterinários da CIDASC, e foi desenvolvido para ser executado junto às escolas por livre demanda.

Por meio de articulações com escolas e educadores na finalidade de definir um público-alvo, as crianças a partir de nove anos das escolas das redes pública e particular foram consideradas aptas a desenvolverem as aulas que inserem os conteúdos de educação sanitária de forma transversal e interdisciplinar no currículo escolar.

Integrando o conhecimento sistematizado e a realidade dos atores sociais envolvidos, o Projeto Sanitarista Junior torna-se instrumento que leva a um processo de sensibilização e consciência ambiental, permitindo às crianças desenvolverem valores e competências fundamentais para o pleno exercício da cidadania. Compreendida como atividade estratégica e instrumento da defesa agropecuária, a educação sanitária em defesa agropecuária visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral no cumprimento dos seus objetivos.

O Projeto Sanitarista Junior busca, por meio da educação, promover a mudança de atitudes e comportamentos da comunidade frente aos problemas sanitários. Cultiva nas crianças o amor pela natureza e o desejo de conhecer melhor o trabalho no meio rural. Permite que compreendam a responsabilidade, delas e da sociedade em geral, na saúde animal, vegetal, ambiental e na produção de alimentos seguros, incentivando que façam sua parte e cooperem com a saúde pública e o desenvolvimento sustentável.



No ano de 2018 foram contempladas 2.400 crianças, de 82 escolas, em 41 municípios. Ao longo de quatro anos de Projeto Sanitarista Junior, foram contempladas mais de 10 mil crianças, de 90 escolas, em 42 municípios catarinenses.

7.2 CONTRATAÇÃO DE JOVENS APRENDIZES

Contratamos 30 menores aprendizes neste ano, oportunizando a formação profissional e a educação continuada destes jovens.

7.3 PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS

A CIDASC participou no ano de 2018 em diversos eventos, dentre os quais destacamos:

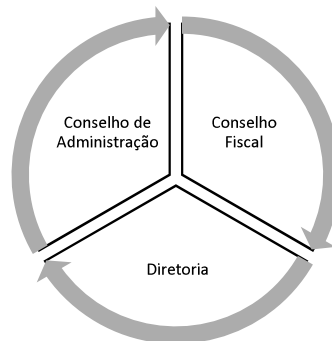
31ª Feira de Produtos, Serviços e Equipamentos para Supermercados – EXPOSUPER (19 a 21 de junho – Joinville)

8ª Feira AgroPonte (15 a 19 de agosto – Criciúma)

41ª Expointer (25 de agosto a 02 de setembro – Esteio)

8. PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CIDASC é regida, fiscalizada e administrada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria.



O Conselho de Administração é composto por seis membros, sendo quatro indicados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, um eleito dentre os empregados efetivos da CIDASC, e o Diretor Presidente da Companhia como membro nato sem direito a voto.



Cabe ao Conselho de Administração tomar decisões que protejam e valorizem a CIDASC, dando o direcionamento estratégico necessário para que possamos desenvolver nossas atividades de acordo com o estabelecido no Estatuto Social. Aprovar políticas e diretrizes que norteiam a CIDASC é sua principal atribuição.

O Conselho Fiscal da CIDASC composto por três membros e seus suplentes tem suas responsabilidades previstas na Lei de Sociedade por Ações.

A Diretoria da CIDASC atualmente conta com quatro pastas e o Presidente: Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Comercialização, Diretoria Institucional e Diretoria de Defesa Agropecuária.

Com diversos canais de comunicação, buscamos evidenciar as atividades realizadas pela CIDASC para que a sociedade em geral possa acompanhar o desempenho da empresa. Além disso, participamos do Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina, que divulga todas as informações financeiras, ampliando o controle social.

Ainda a CIDASC possui um canal de ouvidoria para acolher opiniões, críticas, denúncias e reclamações de interessados. Em 2018, foram 179 ocorrências, todas respondidas:

Reclamações	15	8%
Denúncias	125	70%
Sugestões	0	0%
Elogios	0	0%
Orientações/Solicitações	39	22%
TOTAL	179	100%

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO ECONÔMICO FINANCEIRA



GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
E DA PESCA

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Notas	2.018	2.017	PASSIVO	Notas	2.018	2.017
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	15.088.743	7.713.387	Fornecedores	18	125.643	416.374
Contas a Receber de Clientes	8	3.508.683	9.410.394	Tributos a Recolher	19	4.048.579	5.011.595
Partes Relacionadas	9	40.539.654	40.932.927	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	20	16.663.699	17.539.039
Estoques	10	32.783.394	31.054.993	Partes Relacionadas	9	40.539.654	40.932.927
Tributos a Recuperar	11	813.257	500.617	Convênios	21	9.905.628	10.595.044
Despesas Antecipadas	12	117.353	184.964	Estoque de Terceiros	22	30.920.022	29.055.205
Outros	13	362.029	308.057	Outros	23	1.387.255	666.767
Total do Ativo Circulante		93.213.113	90.105.339	Total do Passivo Circulante		103.590.482	104.216.950
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		274.326.003	321.881.968	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	0	213.052
Partes Relacionadas	9	265.531.826	312.741.058	Partes Relacionadas	9	265.531.826	312.741.058
Depósitos Judiciais	14	8.794.178	9.140.909	Convênios	25	2.907.069	3.953.474
Investimentos	15	30.996	30.996	Provisão para Contingências	26	8.641.047	8.685.086
Imobilizado	16	29.172.935	32.584.515	Outros	27	1.962.972	2.187.831
Intangível	17	1.344.617	1.207.924				
Total do Ativo Não Circulante		304.874.551	355.705.403	Total do Passivo Não Circulante		279.042.914	327.780.502
TOTAL DO ATIVO		398.087.664	445.810.742	Patrimônio Líquido			
				Capital Social	28 a	42.408.424	37.416.480
				Capital Social a Realizar	28 a	0	(8.056)
				Reserva de Reavaliação	28 b	4.833.755	5.113.202
				Reserva de Capital	28 b	25.134.178	25.134.178
				Prejuízos Acumulados	28 c	(56.922.088)	(53.842.514)
				Total do Patrimônio Líquido		15.454.268	13.813.290
				TOTAL DO PASSIVO		398.087.664	445.810.742

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente

Leonardo Antunes
Contador CRC/SC 036144/O-6



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO ECONÔMICO FINANCEIRA



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2018	2017
Receita Operacional Líquida		38.251.304	35.885.286
Receitas de Vendas	29	3.089	5.617
Receitas de Serviços	29	38.248.214	35.879.669
Custo das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados		(7.570.447)	(9.366.878)
Custo das Mercadorias Vendidas	30	(1.623.910)	(1.321.786)
Custo dos Serviços Prestados	30	(5.946.537)	(8.045.092)
LUCRO BRUTO		30.680.857	26.518.409
Despesas Operacionais		(34.338.459)	(20.696.630)
Gerais e Administrativas	31	(217.346.993)	(205.137.077)
Outras Receitas	33	184.973.468	187.793.768
Outras Despesas	34	(1.964.934)	(3.353.321)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		-3.657.602	5.821.779
Resultado Financeiro		1.378.594	1.641.395
Receitas Financeiras	35 a	1.516.214	1.752.086
Despesas Financeiras	35 b	(137.619)	(110.691)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-2.279.008	7.463.173
Imposto de Renda e Contribuição Social	36	0	1.680.267
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-2.279.008	5.782.907
Número de ações		37.416.480	37.416.480
Lucro por ação (em reais)		-0,06	0,15

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente

Leonardo Antunes
Contador CRC/SC 036144/O-6



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	Capital Social Realizado	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
1. Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2017	37.408.424	25.134.178	5.132.494	(62.352.265)	5.322.830
2. Transações de Capital com Sócios	-	-	-	-	-
3. Resultado Abrangente Total					
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	5.782.907	5.782.907
Baixas de Ativos Reavaliados	-	-	(19.291)	-	(19.291)
Outros Ajustes	-	-	-	2.726.844	2.726.844
4. Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
5. Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-
6. Saldos Finais em 31 de dezembro de 2017	37.408.424	25.134.178	5.113.202	(53.842.514)	13.813.290
1. Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2018	37.408.424	25.134.178	5.113.202	(53.842.514)	13.813.290
2. Transações de Capital com Sócios					
Integralização de Capital Social	8.056	-	-	-	8.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.991.944	-	-	-	4.991.944
3. Resultado Abrangente Total					
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	(2.279.008)	(2.279.008)
Baixas de Ativos Reavaliados	-	-	(279.447)	-	(279.447)
Outros Ajustes	-	-	-	(800.566)	(800.566)
4. Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
5. Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-
6. Saldos Finais em 31 de dezembro de 2018	42.408.424	25.134.178	4.833.755	(56.922.088)	15.454.268

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente

Leonardo Antunes
Contador CRC/SC 036144/O-6



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(2.279.008)	7.463.173
Ajuste por:	5.095.722	7.238.425
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0	(1.680.267)
Depreciação	5.896.287	6.191.848
Ajustes Exercícios Anteriores	(800.566)	2.726.844
Varição nas Contas de Ativo e Passivo	2.459.489	(9.375.109)
Aumento ou Redução de Clientes	5.901.711	(5.956.653)
Aumento ou Redução de Outros Créditos	26.661	1.472.257
Aumento ou Redução de Estoques	(1.728.401)	62.253.492
Aumento ou Redução de Despesas do Exercício Seguinte	67.611	244.226
Aumento ou Redução de Realizável a Longo Prazo	47.555.964	29.758.564
Redução ou Aumento de Obrigações a Pagar Circulante	(626.469)	(66.594.802)
Redução ou Aumento de Passivo Não Circulante	(48.737.588)	(30.552.193)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	5.276.203	5.326.490
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Variação Imobilizado	(2.764.154)	(5.958.396)
Variação Intangível	(136.693)	306.046
Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Investimento	(2.900.847)	(5.652.350)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aporte para Aumento do Capital Social	5.000.000	0
Caixa Líquido pelas Atividades de Financiamento	5.000.000	0
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.375.356	(325.861)
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.375.356	(325.861)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	7.713.387	8.039.248
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	15.088.743	7.713.387

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente

Leonardo Antunes
Contador CRC/SC 036144/O-6



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	2018	2017
RECEITAS	49.068.307	44.694.076
Venda de Mercadorias e Serviços	43.624.160	40.927.952
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (Provisão)/ Reversão	51.160	(213.334)
Outras Receitas	5.392.987	3.979.459
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui tributos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	30.056.608	30.424.791
Custo das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	7.570.447	9.366.878
Materiais, Energia e Serviços de Terceiros	20.521.227	17.704.592
Outros Custos e Despesas	1.964.934	3.353.321
VALOR ADICIONADO BRUTO	19.011.700	14.269.285
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	5.688.622	5.583.133
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	13.323.077	8.686.152
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	178.535.509	185.566.395
Receitas Financeiras	1.516.214	1.752.086
Receitas de Subvenção	168.466.395	174.708.715
Outras Receitas	8.552.901	9.105.594
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	191.858.587	194.252.547
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	167.844.179	160.378.445
Benefícios	13.866.569	13.143.823
FGTS	6.651.705	5.999.347
Plano Demissão Voluntária Incentivada	-	1.904.250
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	4.054.019	5.486.314
Estaduais	85.773	51.580
Municipais	1.497.730	1.395.190
Remuneração de Capital de Terceiros		
Juros	137.619	110.691
LUCROS (PREJUÍZOS) RETIDOS NO EXERCÍCIO	- 2.279.008	5.782.907
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	191.858.587	194.252.547

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente

Leonardo Antunes
Contador CRC/SC 036144/O-6



NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)** é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1588 – Bairro Itacorubi – em Florianópolis/SC, Brasil, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, constituída conforme a Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, e alterações posteriores, e de acordo com a Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011.

A Companhia tem por objetivo executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal; promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária; estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução; e desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

NOTA 02 – BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de março de 2019.

NOTA 03 – MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em reais, que é a moeda funcional da empresa.

NOTA 04 - USO DE ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem divergir destas estimativas. As avaliações levaram em conta experiências de

eventos passados, pressupostos relativos a eventos futuros, dentre outros fatores. Os itens sujeitos a estas estimativas são:

- a) Análise do risco de perdas de crédito de liquidação duvidosa;
- b) Provisões para contingências.

NOTA 05 – BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

NOTA 06 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixas e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo e se encontram centralizadas em instituição financeira autorizada pelo estado, conforme Decreto nº 2.762/2004.

b) Clientes

Os valores são registrados pelos valores de notas fiscais de venda e prestação de serviços. A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa contempla créditos vencidos há mais de 180 dias, para os quais não existam garantias reais, renegociações e previsão para recebimento dos mesmos.

c) Partes Relacionadas

O Governo do Estado de Santa Catarina como sendo o ente controlador da CIDASC é classificado como parte relacionada de acordo com a NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. O Programa de Demissão Incentivada é pago com recursos provenientes do ente controlador, e representa contabilmente os valores provisionados com base no valor do abono do funcionário que aderiu ao programa de demissão incentivada. Os abonos serão pagos aos ex-funcionários no prazo de 156 meses. Os valores são contabilizados no momento do desligamento do funcionário, sofrem reajustes monetários anualmente e estão classificados no circulante e não circulante.

d) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis e são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. A empresa não realizou o Teste de Recuperabilidade dos seus ativos. Os estoques do Terminal Graneleiro são avaliados pelo valor justo da mercadoria que transita pelo Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, e registrados de acordo com nota fiscal de entrada de mercadorias recebidas para depósito ou armazém geral.

e) Investimentos

A empresa possui terrenos que são classificados como propriedade para investimento e estão contabilizados pelo custo histórico.

f) Imobilizado

Estão demonstrados ao custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995 como estabeleceu a Lei nº 9.249/95, deduzidas conforme o caso, a depreciação ou a amortização. A empresa não realizou o Teste de Recuperabilidade dos seus ativos.

Ganhos e perdas na alienação são determinados pela comparação entre o valor da alienação e o valor contábil e são registrados no resultado do exercício.

As depreciações são calculadas pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 162 de 2008, exceto os bens imóveis que foram avaliados ao valor de mercado e foram depreciados conforme laudo de reavaliação de 31 de dezembro de 1999. Os terrenos não são depreciados.

g) Intangível

A CIDASC possui classificados como intangíveis os seguintes bens incorpóreos com vida útil definida: direitos de uso de software e direitos de uso de telefone, que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos de valores amortizáveis, calculados pelo método linear. Não foi realizado *impairment test* nos ativos intangíveis.

h) Obrigações e Provisões Trabalhistas

As obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor nominal e apropriadas pelo regime de competência.

As provisões trabalhistas são reconhecidas já que a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo valor presente do desembolso que se espera para liquidar a obrigação. São reconhecidas mensalmente, conforme período aquisitivo.

i) Provisão de Contingências

A provisão de contingência trabalhista e cível foi constituída com base nos riscos de perdas em processos em que a Companhia faz parte, cuja probabilidade de perda é provável ou praticamente certa na opinião dos nossos assessores legais.

j) Convênios

As receitas provenientes de convênios são reconhecidas como receitas de subvenções quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas no convênio. As receitas são reconhecidas no resultado e confrontadas com as despesas que pretendem compensar. São reconhecidas no momento em que são recebidas, conforme estabelece a NBC TG 01 (R1). A contrapartida da subvenção é reconhecida no passivo, enquanto não são atendidos os requisitos para o reconhecimento.



k) Convênios Longo Prazo

São apresentados no Balanço Patrimonial como receita diferida no passivo. São aquisições de bens do ativo imobilizado ou intangível e as receitas são reconhecidas ao longo da vida útil do bem, conforme sua depreciação.

l) Receitas

As receitas de vendas são reconhecidas no momento da transferência para o comprador dos riscos e benefícios e quando é provável que benefícios econômicos fluirão para a CIDASC.

As receitas de prestação de serviço são reconhecidas na efetiva realização do serviço e quando for provável a existência de benefícios econômicos associados à transação. Ambos os casos, a receita é reconhecida no momento da emissão de documento fiscal.

m) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

n) Tributos sobre o Lucro

A empresa é tributada pelo Lucro Real, e provisiona valores para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, quando da existência de base positiva. A base de cálculo é o lucro ajustado pelas adições e exclusões legais e sobre esta base aplica a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% no cálculo do imposto de renda e 9% de contribuição social.

NOTA 07 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em Reais	
	2018	2017
Bancos – Conta corrente	130.365	58.701
Bancos – Conta poupança	1.351.892	1.599.687
Aplicações Financeiras (a)	3.584.983	1.216.506
Conta Única (b)	10.021.503	4.838.493
TOTAL	15.088.743	7.713.387

- (a) As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM.
- (b) Conta que faz parte do Sistema Financeiro de Conta Única no âmbito do Poder Executivo Estadual de Santa Catarina que abrange todas as fontes de recursos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos Fundos Especiais e das Empresas Estatais Dependentes, desde que seja destinada dotação à conta do Orçamento Geral do Estado às referidas entidades.

NOTA 08 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição do Saldo

Os Créditos a Receber oriundos da conta clientes são recursos a receber pela venda de mercadorias e prestação de serviços a clientes, deduzidos de eventuais perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A rubrica Débitos em Cobrança Jurídica abrange créditos a receber que estão sendo cobrados judicialmente.

	Em Reais	
	2018	2017
Duplicatas a Receber	4.325.254	10.267.301
Débitos em Cobrança Jurídica	111.474	130.298
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	(59.763)	(67.763)
Cheque Clientes em Cobrança	2.060	2.060
Outras Duplicatas a Receber	158.169	158.169
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liq. Duvidosa	(1.028.511)	(1.079.671)
TOTAL	3.508.683	9.410.394

b) Vencimento das Duplicatas

As duplicatas em aberto em 31/12/2018 têm vencimento em sua maioria num período acima de 30 dias e menor que 6 meses.

	Em Reais	
	2018	2017
A vencer	16.626	30.450
Vencidas em até 30 dias	1.049.268	2.208.345
Vencidas acima de 30 dias	2.284.619	5.771.258
Vencidas há mais de 6 meses	1.028.511	2.477.654
TOTAL	4.374.024	10.487.707

c) Movimentação de Perdas Estimadas de Créditos Liquidação Duvidosa

No montante anual houve uma reversão real de R\$ 51.160,15, a movimentação superestimada se deu devido a uma falha na emissão dos relatórios mensais, tal equívoco foi corrigido no mês de setembro.

Não está calculado nos valores de perdas o saldo da conta Outras Duplicatas a Receber.

	Em Reais	
	2018	2017
Saldo Inicial	1.079.671	866.336
Adições	2.510.024	213.335
Reversões	2.561.184	0
TOTAL	1.028.511	1.079.671

NOTA 09 – PARTES RELACIONADAS

A CIDASC recebe do seu ente controlador, o Governo do Estado de Santa Catarina, recursos para pagamento do Programa de Demissão Voluntária:



	Em Reais	
	2018	2017
Governo do Estado de Santa Catarina		
Programa de Demissão Incentivada	40.539.654	40.932.927
TOTAL	40.539.654	40.932.927

a) Programa de Demissão Incentivada

O Programa de Demissão Incentivada (PDI), aprovado em 12/09/2008, busca a otimização dos recursos financeiros dispendidos com a folha de pagamento de pessoal, mediante redução e renovação de seu quadro funcional.

As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de 13 (treze) anos, logo os valores estão segregados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante. Foram demitidos pelo programa 577 empregados.

	Em Reais	
	2018	2017
Circulante	40.539.654	40.932.927
Não Circulante	265.531.826	312.741.058
TOTAL	306.071.480	353.673.985

Abaixo segue composição de pagamento por ano:

	Em Reais	% do Total
2019	47.248.472	15,44%
2020	47.248.472	15,44%
2021	47.248.472	15,44%
2022	41.873.839	13,68%
2023	31.414.509	10,26%
2024	24.095.905	7,87%
2025	19.268.822	6,30%
2026	15.683.013	5,12%
2027	13.087.993	4,28%
2028	11.793.737	3,85%
2029	7.007.679	2,29%
2030	100.568	0,03%
TOTAL	306.071.480	100%

NOTA 10 – ESTOQUES

Os Estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis. Os estoques de terceiros em poder da companhia estão demonstrados pelo custo de aquisição.

	Em Reais	
	2018	2017
Mercadorias para Revenda	4.818	10.472



Mercadorias em Trânsito	27.435	28.043
Mercadorias de Terceiros em Depósito	30.920.022	29.055.205
Almoxarifado	1.831.119	1.961.273
TOTAL	32.783.394	31.054.993

NOTA 11 – TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo é composto por direitos da empresa junto à União, Estado e Municípios. Os créditos relativos aos tributos a recuperar são oriundos de valores retidos na fonte, sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras, de acordo com a legislação vigente, e de valores pagos a maior a compensar. A empresa vem solicitando recuperação destes tributos. Em 2018, foi compensado do parcelamento junto à Receita Federal do Brasil um montante de R\$ 16.214, por meio de pedidos de recuperação de tributos federais. Destaca-se que o aumento no saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social é resultante das antecipações e retenções sofridas no decorrer do ano, em confronto com o Prejuízo Fiscal apurado no final do período.

	Em Reais	
	2018	2017
Imposto de Renda	919.121	670.839
Contribuição Social	344.830	259.152
PIS/PASEP	43.649	47.451
COFINS	199.499	217.018
ISS	49.636	49.635
INSS	7.557	7.556
Outros	116.128	116.128
(-) Provisão Ajuste Valor Realizável	(867.163)	(867.163)
TOTAL	813.257	500.617

NOTA 12 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

O saldo da conta Despesas Pagas Antecipadamente de R\$ 117.353 refere-se principalmente ao pagamento antecipado de despesas com seguros, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em momento futuro.

	Em Reais	
	2018	2017
Prêmios de Seguros	89.443	153.498
Prêmios de Seguro Obrigatório de Veículos	7.915	14.323
Licenciamento de Veículos	19.995	17.143
TOTAL	117.353	184.964

NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se, principalmente, a Adiantamentos de 13º salário, de Fornecedores, e de Viagens a colaboradores, bem como outros créditos.

O valor do Caução a receber da Superintendência Federal de Agricultura decorrente do Contrato nº 10/2012 foi resgatado em agosto de 2018 atualizado monetariamente.

	Em Reais	
	2018	2017
Créditos a Receber Diversos	6.375	10.338
Adiantamento a Fornecedores	10.720	9.956
Adiantamentos de Viagens a Funcionários	12.767	12.823
Caução de Contrato	0	33.900
Adiantamentos de Salários	27.018	27.018
Adiantamentos de 13º Salário	305.149	214.022
TOTAL	362.029	308.057

NOTA 14 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Correspondem ao total de recursos depositados em juízo e de processos que não foram encerrados até o final do exercício.

	Em Reais	
	2018	2017
Depósitos Recursais	3.136.461	2.726.802
Bloqueios Judiciais	5.657.717	6.414.107
TOTAL	8.794.178	9.140.909

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

Os investimentos permaneceram com o mesmo saldo do ano anterior. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são mantidos para valorização e não atendem aos critérios de imobilizado, conforme descrito na NBC TG 27(R2) – Imobilizado. Para reconhecimento foi utilizado método de custo. Como tratam-se de terrenos, não há depreciação para estes bens.

	Em Reais	
	2018	2017
Propriedades para Investimento	30.996	30.996
TOTAL	30.996	30.996

NOTA 16 – IMOBILIZADO

a) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado da empresa são avaliados pelo valor de custo de aquisição. No ano de 1999 a empresa reavaliou os seus imóveis.

A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação dos bens do Ativo Imobilizado. Não foi realizado teste de recuperabilidade destes ativos.

2018	Valor Contábil Bruto				Depreciação			
	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Depreciação exercício	Baixas	Saldo em 31/12/2018



Terrenos	6.409.234	0	210.270	6.198.964	0	0	0	0
Obras e edificações	14.888.528	0	199.219	14.689.309	14.330.654	60.070	199.219	14.191.505
Instalações	1.372.385	0	9.824	1.362.561	1.161.918	24.978	6.361	1.180.535
Máquinas, aparelhos e equipamentos	44.679.002	333.966	328.988	44.683.980	41.496.472	527.651	309.907	41.714.215
Móveis e utensílios	3.755.185	29.465	136.182	3.648.468	2.267.750	248.362	128.652	2.387.460
Veículos	23.625.998	0	1.096.350	22.529.648	19.295.130	1.315.044	1.064.681	19.545.493
Tratores e máq. Terraplanagem	4.799.086	0	0	4.799.086	4.137.057	206.780	0	4.343.837
Ferramentas	9.083	244	777	8.550	8.551	212	777	7.986
Biblioteca	12.191	0	2.795	9.396	12.191	0	2.795	9.396
Benfeitorias em prop. Terceiros	14.141.839	348.429	31.566	14.458.702	3.275.934	533.867	18.706	3.791.095
Embarcações e acessórios	7.169	0	0	7.169	4.307	265	0	4.572
Reformas em máq. Terceiros	3.567	0	0	3.567	3.567	0	0	3.567
Benfeitorias em imóveis	55.705	0	0	55.705	38.898	2.228	0	41.127
Ferrovia	1.050.784	0	0	1.050.784	1.002.481	13.778	0	1.016.259
Equipamentos de computação	8.373.267	268.341	334.056	8.307.551	5.603.602	1.087.867	331.853	6.359.616
Correias de transmissão	7.432.547	1.314.504	0	8.747.051	5.573.544	1.398.351	0	6.971.895
TOTAL	130.615.572	2.294.948	2.350.028	130.560.492	98.212.057	5.419.451	2.062.951	101.568.558

2017	Valor Contábil Bruto				Depreciação			
	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Depreciação exercício	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	6.449.434	0	(40.200)	6.409.234	0	0	0	0
Obras e edificações	14.888.528	135.094	(135.094)	14.888.528	14.270.585	195.164	(135.094)	14.330.654
Instalações	1.376.481	0	(4.096)	1.372.385	1.134.982	28.875	(1.938)	1.161.918
Máquinas, aparelhos e equipamentos	44.911.051	491.492	(723.541)	44.679.002	41.689.758	509.203	(702.490)	41.496.472
Móveis e utensílios	3.753.007	123.136	(120.958)	3.755.185	2.126.087	254.340	(112.677)	2.267.750
Veículos	22.484.698	2.112.500	(971.200)	23.625.998	18.459.591	1.806.739	(971.200)	19.295.130
Tratores e máq. Terraplanagem	4.844.757	0	(45.671)	4.799.086	3.975.947	206.780	(45.671)	4.137.057
Ferramentas	10.583	0	(1.500)	9.083	9.869	181	(1.500)	8.551
Biblioteca	15.175	0	(2.984)	12.191	15.175	0	(2.984)	12.191
Benfeitorias em prop. Terceiros	13.744.056	401.134	(3.351)	14.141.839	2.758.160	519.932	(2.157)	3.275.934
Embarcações e acessórios	7.169	0	0	7.169	4.042	265	0	4.307
Reformas em máq. Terceiros	42.630	0	(39.063)	3.567	42.630	0	(39.063)	3.567
Benfeitorias em imóveis	55.705	0	0	55.705	36.670	2.228	0	38.898
Ferrovia	1.050.784	0	0	1.050.784	988.704	13.778	0	1.002.481
Equipamentos de computação	8.822.241	350.319	(799.293)	8.373.267	5.304.848	1.085.478	(786.724)	5.603.602
Correias de transmissão	6.134.229	1.946.994	(648.675)	7.432.547	5.117.223	1.104.996	(648.675)	5.573.544
TOTAL	128.590.529	5.560.668	(3.535.625)	130.615.572	95.934.271	5.727.958	(3.450.173)	98.212.057



2018	Taxa Depreciação	Valor Contábil Líquido 2018	Valor Contábil Líquido 2017
Terrenos	0%	6.198.964	6.409.234
Obras e edificações	4%	497.804	557.873
Instalações	10%	182.026	210.467
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	2.969.764	3.182.530
Móveis e utensílios	10%	1.261.008	1.487.435
Veículos	20%	2.984.155	4.330.868
Tratores e máq. Terraplanagem	20%	455.250	662.030
Ferramentas	20%	564	533
Biblioteca	10%	0	0
Benfeitorias em prop. Terceiros	4%	10.667.607	10.865.905
Embarcações e acessórios	5%	2.597	2.862
Reformas em máq. Terceiros	10%	0	0
Benfeitorias em imóveis	4%	14.578	16.806
Ferrovia	4%	34.525	48.303
Equipamentos de computação	20%	1.947.935	2.769.665
Correias de transmissão	50%	1.775.156	1.859.003
TOTAL		28.991.934	32.403.515

2017	Taxa Depreciação	Valor Contábil Líquido 2017	Valor Contábil Líquido 2016
Terrenos	0%	6.409.234	6.449.434
Obras e edificações	4%	557.873	617.943
Instalações	10%	210.467	92.279
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	3.182.530	3.221.292
Móveis e utensílios	10%	1.487.435	1.626.920
Veículos	20%	4.330.868	4.025.107
Tratores e máq. Terraplanagem	20%	662.030	868.810
Ferramentas	20%	533	714
Biblioteca	10%	0	0
Benfeitorias em prop. Terceiros	4%	10.865.905	10.985.896
Embarcações e acessórios	5%	2.862	3.127
Reformas em máq. Terceiros	10%	0	0
Benfeitorias em imóveis	4%	16.806	168.255
Ferrovia	4%	48.303	62.080
Equipamentos de computação	20%	2.769.665	3.517.393
Correias de transmissão	50%	1.859.003	1.017.006
TOTAL		32.403.515	32.656.258

b) Imobilizado em Andamento

As Imobilizações em Andamento apresentam saldo referente à obra do prédio do Departamento Regional de Campos Novos.

	Em Reais	
	2018	2017
Construções em Andamento	181.000	181.000
TOTAL	181.000	181.000

NOTA 17 – INTANGÍVEIS



Os bens do Ativo Intangível são avaliados pelo valor de custo de aquisição.
A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação destes bens. Não foi realizado *impairment test* para os ativos intangíveis.

Valor Contábil Bruto	Em Reais							
	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Direito de uso de telefone	7.422	0	5.005	2.417	11.953	0	(4.531)	7.422
Licença de uso de <i>software</i>	3.303.529	618.534	0	3.922.063	3.144.835	174.450	(15.757)	3.303.529
Marcas	1.397	0	0	1.397	1.397	0	0	1.397
TOTAL	3.312.348	618.534	5.005	3.925.877	3.158.185	174.450	(20.288)	3.312.348

Amortização	Em Reais							
	Saldo em 31/12/2017	Baixas	Amortização exercício	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2016	Baixas	Amortização exercício	Saldo em 31/12/2017
Licença de uso de <i>software</i>	2.104.424	0	476.836	2.581.260	1.644.215	(3.681)	463.890	2.104.424
TOTAL	2.104.424	0	476.836	2.581.260	1.644.215	(3.681)	463.890	2.104.424

2018	Taxa Depreciação	Prazo vida útil	Valor Contábil Líquido 2018	Valor Contábil Líquido 2017
Direito de uso de telefone	0%	Indefinida	2.417	7.422
Licença de uso de <i>software</i>	20%	5 anos	1.340.803	1.199.105
Marcas	0%	Indefinida	1.397	1.397
TOTAL			1.344.617	1.207.924

2017	Taxa Depreciação	Prazo vida útil	Valor Contábil Líquido 2017	Valor Contábil Líquido 2016
Direito de uso de telefone	0%	Indefinida	7.422	11.953
Licença de uso de <i>software</i>	20%	5 anos	1.199.105	1.500.620
Marcas	0%	Indefinida	1.397	1.397
TOTAL			1.207.924	1.513.970

NOTA 18 – FORNECEDORES

A rubrica contábil Fornecedores é composta pelas obrigações da empresa junto a fornecedores diversos de bens e serviços.

	Em Reais	
	2018	2017
Fornecedores de Bens e Serviços	125.643	416.374
TOTAL	125.643	416.374

NOTA 19 – TRIBUTOS A RECOLHER

As Obrigações Tributárias e Sociais têm seu saldo vinculado aos tributos e contribuições sociais incidentes sobre as receitas auferidas, encargos da folha de pagamento e retenções de serviços terceirizados. Os saldos referem-se a tributos retidos e próprios de 2018 referem-se a obrigações com vencimento em Janeiro/2019.



	Em Reais	
	2018	2017
ISS a Recolher	213.455	195.652
COFINS a Recolher	145.124	131.102
PIS a Recolher	31.399	28.158
INSS a Recolher	2.583.071	2.270.823
IR a Recolher	850.847	1.795.202
CSLL a Recolher	7.322	399.146
Parcelamento RFB - REFIS	191.512	191.512
ICMS a Recolher	13.333	0
FGTS a Recolher	12.516	0
TOTAL	4.048.579	5.011.595

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Correspondem aos valores de obrigações salariais a pagar, férias e licenças com encargos provisionados.

	Em Reais	
	2018	2017
Obrigações Salariais a Pagar	23.826	0
Provisão Férias e Encargos	9.571.482	10.081.939
Provisão Licença Especial e Encargos	7.068.391	7.457.100
TOTAL	16.663.699	17.539.039

NOTA 21 – CONVÊNIOS

Valores correspondentes a Convênios firmados com diversas entidades, para desenvolver projetos de interesse da CIDASC. Os valores registrados nesta rubrica correspondem a ingressos financeiros para execução dos Planos de Trabalho, cujo reconhecimento de receita se dá no momento da execução da despesa.

No ano de 2017, foi instaurada uma comissão de trabalho para realizar um encontro de contas referente a construção do corredor de exportação do Terminal Graneleiro, com objetivo de regularização dos saldos contábeis.

	Em Reais	
	2018	2017
MAARA – Conv. SUSAV 01/2000	103.628	103.628
Convênio Corredor Exportação TGSFS	6.762.085	6.762.085
MAPA 756431 – Sanidade Avícola	758.529	758.529
MAPA 762788 – Sanidade Pesqueira e Aquícola	430.833	637.841
MAPA 794620 - Suasa	1.850.553	2.332.961
TOTAL	9.905.628	10.595.044

NOTA 22 – ESTOQUES DE TERCEIROS

Este saldo corresponde ao estoque de terceiros que estão armazenados no Terminal Graneleiro de São Francisco. O saldo também está registrado no ativo, classificado em Estoques.

	Em Reais	
	2018	2017
Mercadorias de Terceiros em Nosso Poder	30.920.022	29.055.205
TOTAL	30.920.022	29.055.205

NOTA 23 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras obrigações exigíveis até o final do exercício seguinte.

	Em Reais	
	2018	2017
Créditos Não Identificados	87	87
Caução de Credores	507.713	478.218
Adiantamento de Clientes	10.660	18.462
Valores Consignados Folha de Pagamento	353.392	0
Adiantamento da Alienação de Ativos ⁽¹⁾	515.403	170.000
TOTAL	1.387.255	666.767

(1) – Valor correspondente a venda de terreno conforme a Licitação nº 101/2017, cujos benefícios econômicos permaneceram no controle da CIDASC até o encerramento do exercício de 2018.

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS LONGO PRAZO

São receitas de subvenção recebidas antecipadamente em dezembro de 2017 pelo Governo do Estado em relação à realização da despesa do 13º salário do ano seguinte.

	Em Reais	
	2018	2017
Receitas de Subvenção Estadual a Realizar	0	213.052
TOTAL	0	213.052

NOTA 25 – CONVÊNIOS LONGO PRAZO

Recursos de Convênios Aplicados a Realizar é utilizada para contabilizar a aquisição de imobilizado/intangível através de convênios, cuja receita irá ser reconhecida mediante o reconhecimento da depreciação/amortização destes bens.

	Em Reais	
	2018	2017
Conv. MAPA 02/2007	0	788
Conv. Sapiens Park	43.599	71.481
Conv. MAPA 002/2008	877	5.090

Conv. MAPA 001/2008	3.219	7.271
Conv. MAPA 001/2009	5.424	9.337
Conv. MAPA 755855/2011	58.202	97.664
Conv. MAPA 756431/2011	274.695	352.482
Conv. MAPA 762778/2011	78.400	92.743
Conv. MAPA 794620/2013	2.393.330	3.259.671
Conv. MP/SC 9/2015 FRBL	49.323	56.945
TOTAL	2.907.069	3.953.474

NOTA 26 – PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Valores provisionados com base na opinião dos nossos assessores legais.

	Em Reais	
	2018	2017
Provisão Trabalhista	6.030.553	6.265.993
Provisão Cível	2.610.494	2.419.093
TOTAL	8.641.047	8.685.086

	Em Reais		
	Trabalhista	Cível	Total
Saldo 31/12/2017	6.265.993	2.419.093	8.685.086
Adições	714.536	218.812	933.348
Reversões	949.976	27.411	977.387
Saldo 31/12/2018	6.030.553	2.610.494	8.641.047

NOTA 27 – OUTRAS OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO

São compostas por parcelamento junto à Receita Federal do Brasil e receitas diferidas.

	Em Reais	
	2018	2017
Parcelamento RFB Lei nº 12.996/2014	1.737.432	1.935.206
Receita Diferida - Recursos Fonte 100 a Realizar	225.540	252.925
TOTAL	1.962.972	2.187.831

a) Parcelamento RFB Lei nº 12.966/2014

A empresa aderiu ao parcelamento da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 12.996/2014, conhecida como REFIS DA COPA.

Em 2012 a empresa foi notificada pelo não recolhimento dos valores devidos a “Outras Entidades” incidente sobre a folha de pagamento, durante os meses de maio/2011 a dezembro/2011. O valor do montante não recolhido foi de R\$ 1.986.419,45.

Após consulta à Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre a pertinência da adesão e esta, em 21/08/2014, emitiu parecer favorável ao parcelamento. Sendo assim, em 25/08/2014, a empresa desistiu do processo administrativo e aderiu ao REFIS.

Em Reais



	2018	2017
Parcelamento Refis da Copa	1.737.432	1.935.206
TOTAL	1.737.432	1.935.206

Composição total da obrigação:

	Em Reais	
	2018	2017
Circulante	191.512	191.512
Não Circulante	1.737.432	1.935.206
TOTAL	1.928.944	2.126.718

b) Receita Diferida – Recursos Fonte 100 a Realizar

Em 2017, a CIDASC recebeu recursos provenientes do ente controlador para compra de imobilizado num total de R\$ 266.559,37, que estão sendo reconhecidos como receita de acordo com a depreciação destes bens. No decorrer de 2018, foi depreciado e reconhecido como receita R\$ 27.085,08.

NOTA 28 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito apresenta um montante de R\$ 37.416.480,00; dividido em 37.416.480 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O Capital está totalmente integralizado, incluindo o valor de R\$ 8.056 que foi aportado em dezembro de 2018. Também foi aportado o valor de R\$ 4.991.944 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, contabilizado no Patrimônio Líquido em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC n. 1.159/09.

b) Das Reservas

Reserva de Capital – Constituída em 2009 conforme manifesto nº 014/08 da Assessoria Jurídica referente às compensações de créditos da construção do Corredor de Exportação Terminal Graneleiro São Francisco do Sul - Deliberação CAP (Conselho de Autoridade Portuária) nº 82/02-X;

Reserva de Reavaliação - Em 1999, a CIDASC procedeu às reavaliações de bens imóveis (terrenos e edificações) em todas as unidades da empresa no estado. O laudo de avaliação foi emitido por JDR Consultores Associados Ltda. Atualmente o saldo da Reserva de Reavaliação é composto por terrenos reavaliados. As edificações reavaliadas foram totalmente depreciadas e os tributos revertidos.

	Em Reais	
	2018	2017
Reserva de Capital	25.134.178	25.134.178
Reserva de Reavaliação	4.833.755	5.113.202
TOTAL	29.967.933	30.247.380

c) Prejuízos Acumulados

Os valores que compõem os prejuízos acumulados estão distribuídos:

	Em Reais	
	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	(2.279.008)	5.782.907
(-) Prejuízos Acumulados	(52.162.719)	(57.145.060)
(-) Prejuízos Acumulados dif. IPC/BTNF	(2.512.958)	(2.512.958)
Efeitos Líquidos dif. IPC/BTFN	32.597	32.597
TOTAL	(56.922.088)	(53.842.514)

NOTA 29 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais são obtidas através das receitas de revenda de mercadorias e prestação de serviços.

As receitas comerciais referem-se a revenda de guias de Defesa Sanitária Animal.

As receitas de prestação de serviços são formadas por armazenagem, defesa sanitária vegetal, classificação de produtos de origem vegetal, inspeção de produtos de origem animal, apoio laboratorial e fiscalização de insumos agrícolas.

	Em Reais	
	2018	2017
Receitas Revenda de Mercadorias	3.404	6.190
Receitas Prestação Serviços	43.620.756	40.921.762
TOTAL FATURAMENTO	43.624.160	40.927.952

	Em Reais	
	2018	2017
(-) Deduções Receitas Revenda de Mercadorias	(315)	(573)
(-) Deduções Receitas Prestação Serviços	(5.372.541)	(5.042.093)
TOTAL DEDUÇÕES	(5.372.856)	(5.042.666)

	Em Reais	
	2018	2017
Receita Bruta	43.624.160	40.927.952
(-) Deduções Receita	(5.372.541)	(5.042.666)
TOTAL RECEITA LÍQUIDA	38.251.304	35.885.286

NOTA 30 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

São gastos aplicados diretamente na geração de receitas.

	Em Reais	
	2018	2017
Custos de Mercadorias Vendidas	1.623.910	1.321.786
Custos dos Serviços Prestados	5.946.537	8.045.092
TOTAL	7.570.447	9.366.878



NOTA 31 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Compõem as despesas operacionais: Despesas de Pessoal, Benefícios a Empregados, Despesas Gerais e Despesas Tributárias.

	Em Reais	
	2018	2017
a) Despesas de Pessoal	175.883.232	168.282.042
b) Benefícios a Empregados	13.866.569	13.143.822
c) Despesas Gerais	27.332.525	23.501.060
d) Despesas Tributárias	264.667	210.153
TOTAL	217.346.993	205.137.077

a) Despesas de Pessoal

Rubrica composta pelos valores dispendidos com a folha de pagamento da empresa.

	Em Reais	
	2018	2017
Salários e Ordenados	75.994.438	68.417.496
Encargos INSS	22.732.162	20.877.476
Encargos FGTS	6.651.704	5.999.347
Provisões 13º Salário e Encargos	8.595.827	8.022.365
Provisões Férias e Encargos	11.188.568	11.126.695
Provisões Licença Prêmio e Encargos	831.840	2.129.649
Programa de Demissão Incentivada	47.719.258	47.100.283
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	0	1.904.250
Bolsa estágio	473.774	429.075
Provisão de Contingência Trabalhista	714.536	1.232.153
Medicina e Segurança do Trabalho	527.727	557.353
Honorários Diretoria	434.778	467.700
Honorários Conselho Fiscal	18.620	18.200
TOTAL	175.883.232	168.282.042

b) Benefícios a Empregados

Os benefícios concedidos aos empregados foram: previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), Vale Transporte (VT), auxílio creche e babá, despesas com funerais, cursos, instruções e eventos.

	Em Reais	
	2018	2017
Assistência Médica	2.279.189	2.347.116
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	5.425.143	5.132.832
Previdência Privada	2.480.290	2.320.547
Auxílio Creche e Babá	3.496.091	3.123.624
Instruções e Cursos	166.306	164.115
Demais Benefícios	19.550	55.588

TOTAL	13.866.569	13.143.822
--------------	-------------------	-------------------

c) Despesas Gerais

Valores dispendidos para a manutenção da empresa, sendo os principais gastos com serviços de terceiros gerais, depreciação e amortização, energia elétrica e serviço de comunicação.

	Em Reais	
	2018	2017
Serviços de Terceiros	9.293.585	8.129.718
Depreciação e Amortização	5.688.622	5.583.133
Materiais de Consumo	808.523	768.101
Energia Elétrica	2.889.989	2.555.691
Serviços de Comunicação	3.455.488	2.973.835
Água	169.974	133.484
Locação de Imóveis	422.969	430.755
Locação de Máquinas e Equipamentos	254.738	270.332
Seguros	363.654	621.093
Diárias de Viagens	453.325	494.161
Provisão Contingência Cível	218.812	68.078
Combustíveis e Manutenção de Veículos	434.078	525.526
Publicações Legais	119.699	152.820
Doações	0	96.363
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ⁽¹⁾	2.510.024	213.334
Outras Despesas Administrativas	249.045	484.632
TOTAL	27.332.525	23.505.060

(1) – Vide Nota 08.c

d) Despesas Tributárias

Referem-se, em sua maioria ao IPTU, Taxa de Licenciamento de Veículos e ICMS Diferencial de Alíquotas na aquisição de mercadorias de outros estados destinadas ao ativo imobilizado ou uso e consumo.

	Em Reais	
	2018	2017
IPTU e Taxa de Coleta de Lixo	114.961	103.394
ICMS	23.913	15.796
ITR	647	647
Taxa Licenciamento Veículos	60.843	34.410
Taxas Federais	16.624	12.194
Taxas Estaduais	1.017	1.374
Taxas Municipais	45.148	34.962
IOF	1.514	7.376
TOTAL	264.667	210.153

NOTA 32 - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA



A CIDASC possui um plano de previdência complementar a seus colaboradores: o CIDASC-FLEX CERES. Administrado pela CERES – Fundação de Seguridade Social, é oferecido de forma facultativa a todos os seus funcionários cobrindo benefícios programados e de risco.

É definido na modalidade contribuição definida (CD), já que previamente o participante define o valor de contribuição em porcentagem salarial, até o limite de 7% do salário de participação. Pode fazer ainda aportes adicionais (sem paridade da patrocinadora) ou alterar o percentual de contribuição periodicamente.

Na fruição do benefício, o valor deste é calculado no momento da aposentadoria, com base no saldo da reserva pessoal e tem caráter vitalício.

O custeio é paritário (até o limite de 7%), de modo que a parcela da CIDASC corresponde a 50% da contribuição mensal. As contribuições realizadas pela companhia em 2018 totalizaram R\$ 2.480.290,48.

NOTA 33 – OUTRAS RECEITAS

São classificadas como outras receitas, as receitas provenientes de subvenções, receitas diversas como reversão de provisões, indenizações recebidas, e ganhos na venda de imobilizado.

	Em Reais	
	2018	2017
a) Subvenções Recebidas	168.466.395	174.708.715
b) Outras Receitas	11.114.086	9.105.594
c) Ganho de Capital	5.392.987	3.979.459
TOTAL	184.973.468	187.793.768

a) Subvenções Recebidas

Referem-se às subvenções recebidas do Governo do Estado de Santa Catarina, para custeio, principalmente para despesa com folha de pagamento e seus encargos.

Também são contabilizadas as receitas com os convênios firmados com o Ministério da Agricultura e da Pesca (MAPA), Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina e Ministério Público do Santa Catarina, que concedeu recursos para o projeto “Educação Sanitarista em Defesa Agropecuária”.

	Em Reais	
	2018	2017
Subvenção Estadual	165.341.973	171.261.584
Subvenção Federal	1.781.229	2.038.848
Subvenção Convênio Secretaria da Agricultura	1.335.571	1.400.657
Subvenção Ministério Público SC	7.622	7.667
TOTAL	168.466.395	174.708.715

b) Outras Receitas

Composta por receitas com locação, reversão de provisões, venda de sucatas em leilão e ganhos em processos judiciais.

	Em Reais	
	2018	2017
Reversões de Provisões	7.523.578	5.920.156
Receitas com Locações	22.411	20.878
Doações e Bonificações Recebidas	1.085	9.314
Multas Recebidas	2.491	25.445
Recuperação de Despesas	46.656	6.876
Indenizações Recebidas	0	691.021
Reversão de Provisão de Contingências	977.387	2.070.352
Reversão de Perdas Estimadas de Crédito		0
Liquidação Duvidosa	2.561.184	
Outras Receitas Operacionais	62.274	564.988
(-) Deduções de Outras Receitas	(82.980)	(203.435)
TOTAL	11.114.086	9.105.594

c) Ganho de Capital

São registrados os ganhos nas alienações de imobilizado e intangíveis.

	Em Reais	
	2018	2017
Ganhos na Baixa ou Alienação de Imobilizado	5.392.987	3.979.459
TOTAL	5.392.987	3.979.459

NOTA 34 – OUTRAS DESPESAS

São registrados os valores das baixas nas alienações de imobilizado e intangíveis.

	Em Reais	
	2018	2017
Perdas na Baixa ou Alienação de Imobilizado	1.964.934	3.353.321
TOTAL	1.964.934	3.353.321

NOTA 35 – RESULTADO FINANCEIRO**a) Receitas Financeiras**

São compostas por multas e tarifas recebidas de clientes em atraso, descontos, juros recebidos e rendimentos de aplicação financeira.

	Em Reais	
	2018	2017
Juros Recebidos	1.057.924	866.982
Correção Monetária	5.748	589.936
Rendimento Aplicação Financeira	12.815	29.798
Multas Recebidas	437.783	265.341
Demais Receitas Financeiras	1.944	29
TOTAL	1.516.214	1.752.086

b) Despesas Financeiras

São compostas por tarifas e comissões bancárias, referentes a despesas com emissão de boletos e manutenção de conta bancária, além de juros passivos.

	Em Reais	
	2018	2017
Juros Passivos	92.229	71.195
Tarifas e Comissões Bancárias	45.390	39.497
TOTAL	137.619	110.691

NOTA 36 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Total de tributos sobre o lucro apurados no período. Como a Companhia apurou Prejuízo Fiscal no ano de 2018, não houve apropriação de Imposto de Renda e Contribuição Social.

	Em Reais	
	2018	2017
Imposto de Renda	0	1.221.033
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0	459.234
TOTAL	0	1.680.267

NOTA 37 – PASSIVOS CONTINGENTES

- a) Os passivos contingentes trabalhistas e cíveis foram constituídos com base em riscos de perdas em processos em que a Companhia faz parte, cuja probabilidade de perda é possível na opinião dos assessores legais.
- b) A entidade não reconhece contabilmente um passivo contingente, sendo necessária apenas sua divulgação em notas explicativas, conforme exposto na NBC TG 25 (R2), que dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	Em Reais	
	2018	2017
Trabalhista	6.822.885	4.421.883
Cível	22.721.609	23.611.963
TOTAL	29.544.494	28.033.846

NOTA 38 – SEGUROS

A CIDASC mantém os seguintes contratos de seguros para cobrir eventuais sinistros:

OBJETO	VALOR SEGURADO
Veículos	100%, 100,4% e 110% Tabela FIPE
Predial – Ed. Embaixador	R\$ 4.000.000
Operador Portuário	R\$ 1.000.000



NOTA 39 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 2018, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a erros nas contas patrimoniais:

	Em Reais
	Diversos anos
Adiantamento de Clientes	(1)
Tributos a Recuperar	111
Tributos a Recolher	4.922
Imobilizado	75.011
TOTAL	80.043

Foi ajustado o seguinte valor por erro no reconhecimento das receitas no exercício de 2017, o mesmo foi reconhecido como receita financeira no recebimento de títulos de clientes, porém se referia a recebimento em duplicidade, que veio a ser descontado em títulos futuros:

	Em Reais
	2017
Receitas Financeiras	(880.609)
TOTAL	(880.609)

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre a data da emissão das demonstrações em 31 de dezembro de 2018 e a autorização para emissão das demonstrações em 08 de março de 2019, ocorreram os seguintes fatos relevantes que destacamos:

- No dia 23 de janeiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho da Administração o aumento e integralização de capital social da Companhia no valor de R\$ 4.991.943,68.
- A partir dia 28 de fevereiro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 1, ficam alfandegadas, a título permanente, as instalações destinadas à movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal, na exportação, localizadas dentro da área do Porto Organizado de São Francisco do Sul, administradas pela filial da CIDASC.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente

Leonardo Antunes
Contador CRC/SC 036144/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC
FLORIANÓPOLIS - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

1 A conta “Conta Única” registrava em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 10.021.502,95 e em 31.12.2017 o saldo de R\$ 4.838.493. Foi solicitado o extrato oficial, emitido pela Secretaria da Fazenda, e até o término de nossos trabalhos não foi obtido retorno, motivo pelo qual, ressalvamos o valor citado.

2 O saldo da conta “Outras Duplicatas a Receber” em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 158.169. Conforme informado pela CIDASC, o saldo foi constituído antes de 2008 e não foi apresentado relatório que subsidiasse os referidos valores, motivo pelo qual não podemos emitir opinião sobre este saldo.

3 A conta “Bloqueio Judicial” registrava em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 5.657.717. Não nos foram fornecidos os extratos oficiais referentes a confirmação da totalidade dos saldos mencionados. Os Depósitos Recursais totalizavam em 31.12.2018 o saldo de R\$ 3.136.460 e não estavam conciliados.

4 Sobre a conta “Credores por Convênios e Contratos”, fizemos as seguintes ressalvas: Os convênios “Bunge Alimentos S/A” – R\$ 4.777.858,80; “Litoral Agência Marítima Ltda.” – R\$ 1.245.590,57 e “Agrenco do Brasil Ltda.” R\$ 738.635,64 não estão suportados por documentação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

legal e persistem sem movimentação há longa data. Por este motivo emitimos ressalva sobre estes saldos.

5 A conta “Reserva de Capital” em 31 de dezembro de 2018 abriga o saldo de R\$ 25.134.178, referente a créditos de operação da construção do Corredor de Exportação no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul. Ressalvamos que este registro contábil não encontra suporte na Lei n. 6.404/76.

Ênfase

1- A Nota Explicativa nº 09 - a), que trata do “Programa de Demissão Incentiva - PDI” da Companhia, aprovado pela Resolução CPF no. 25/2008, que contempla aos funcionários a opção pela adesão ao plano de demissão incentivada. As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de 13 (treze) anos, logo os valores estão segregados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante. Nas demonstrações contábeis os incentivos financeiros estão reconhecidos como segue: “Ativo Circulante – Outros Créditos a Receber – PDI” R\$ 40,539,654 e “Ativo não Circulante – Outros Créditos a Receber – PDI” R\$ 265,531,826, “Passivo Circulante – Despesas Provisionadas – PDI” R\$ 40,539,654 e “Passivo não Circulante – Despesas Provisionadas – PDI” R\$ 265,531,826. Ressaltamos que as contabilizações dos valores citados foram efetuadas no pressuposto da responsabilidade do Governo do Estado pelo pagamento dos mesmos. Nossa Opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

2- Conforme Notas Explicativas nº 26 a Companhia figura como Ré em ações judiciais Trabalhistas e Cíveis, bem como Auto de Infração na esfera administrativa junto à Receita Federal do Brasil. De acordo com o Relatório emitido pela Assessoria Jurídica da CIDASC, estas ações que estão avaliadas quanto ao grau de risco de perda possível somam R\$ 29.533.494, enquanto as provisões realizadas com base no grau de risco provável somam R\$ 8.641.047. Nossa Opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

3- A Companhia atualmente conta com Ativo Total de R\$ 398.087.664, em 31 de dezembro de 2018, caracterizando-se como empresa de grande porte conforme Lei n. 11.638/07, sendo necessária a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em sua íntegra em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade. Até o término de nossos trabalhos, a companhia não havia efetuado estudos para aplicação na mencionada norma em sua íntegra. Nossa Opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

4- Em relação a nota explicativa nº 40 que versa a respeito de Evento Subsequente, - informando que no dia 23 de janeiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho da Administração o aumento e integralização de capital social da Companhia no valor de R\$ 4.991.944. E a partir dia 28 de fevereiro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 1, ficam alfandegadas, a título permanente, as instalações destinadas à movimentação e armazenagem de granéis sólidos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

de origem vegetal, na exportação, localizadas dentro da área do Porto Organizado de São Francisco do Sul, administradas pela filial da CIDASC.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente examinados por outros auditores que emitiram relatório em 13 de abril de 2018, emitindo parecer, com as seguintes ressalvas: 1 - A conta "Conta Única" registrava em 31.12.2017 o saldo de R\$ 4.838.493. Foi solicitado o extrato oficial, emitido pela Secretaria da Fazenda, e até o término de nossos trabalhos não foi obtido retorno, motivo pelo qual, ressalvamos o valor supracitado. 2 - O saldo da conta "Outras Duplicatas a Receber" em 31.12.2017 o saldo de R\$ 158.169. Conforme informado pela CIDASC, o saldo foi constituído antes de 2008 e não foi apresentado relatório que subsidiasse os referidos valores, motivo pelo qual não podemos emitir opinião acerca dos mesmos. 3 - A conta "Bloqueio Judicial" registrava em 31.12.2017 o saldo de R\$ 6.414.107. Não nos foram exibidos os extratos oficiais referentes a confirmação da totalidade dos saldos mencionados e identificamos divergência entre o saldo contábil e os controles fornecidos totalizando R\$ 523.116. Os Depósitos Recursais e em 31.12.2017 o saldo de R\$ 2.726.802 e não estavam conciliados. 4 - Efetuamos análises em bases de testes do Relatório da conta de "Provisão para Licença Especial" desenvolvido neste exercício no novo sistema adotado pela área de Recursos Humanos da Companhia (SIGRH). Após os testes efetuados em colaboradores selecionados por amostragem, constatamos inconsistências que sugerem falta de segurança das informações geradas. Por esse motivo, ressalvamos os saldos de "Provisão para Licença Especial", com os respectivos encargos, no valor de R\$ 7.457.100, em 31.12.2017. 5 - Sobre a conta "Credores por Convênios e Contratos", fizemos as seguintes ressalvas: Os convênios "Bunge Alimentos S/A" – R\$ 4.777.858,80; "Litoral Agência Marítima Ltda." – R\$ 1.245.590,57 e "Agrenco do Brasil Ltda." R\$ 738.635,64 não estão suportados por documentação legal e persistem sem movimentação há longa data. Por este motivo emitimos ressalva sobre estes saldos. 6 - A conta "Reserva de Capital" em 31.12.2017 abriga o saldo de R\$ 25.134.178,04, referente a créditos de operação da construção do Corredor de Exportação no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul. Ressalvamos que este registro contábil não encontra suporte na Lei n. 6.404/76.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas Contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance do planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 29 de março de 2019.


AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES



CRC-PR N.º 4.400/O-3

Sócio Responsável

Contador, PAULO ROBERTO DÓRO.

CRC-PR N.º 12.673/O-8



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

PARECER DO CONSELHO FISCAL ENCERRAMENTO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2018

O Conselho Fiscal da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, em reunião realizada no dia 15 de abril de 2019, no cumprimento das disposições contidas no artigo 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei nº 10.303 de 31 de dezembro de 2001, apreciou o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos e informações referentes ao término do exercício de 2018.

À vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados e considerando a manifestação contida no Parecer dos Auditores Independentes da Audiplan Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que o referido Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Sociedade, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à apreciação ao Conselho de Administração.

Florianópolis (SC), 15 de abril de 2019.

Décio Alfredo Rockenbach

Olices Osmar Santini

Eduardo Pizzolatti Miranda Ramos



www.cidasc.sc.gov.br



ascom@cidasc.sc.gov.br



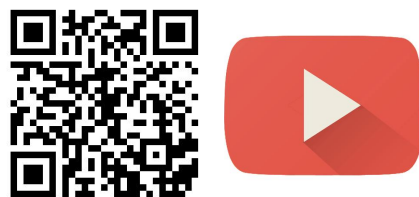
www.facebook.com/cidasc.ascom



www.instagram.com/cidascoficial



www.twitter.com/CidascOficial



www.twitter.com/CidascOficial
[www.youtube.com/channel/
UC3uGsy4VhDEcDWoskUYHkDg](https://www.youtube.com/channel/UC3uGsy4VhDEcDWoskUYHkDg)



www.instagram/cidascofw



www.soundcloud.com/cidasc